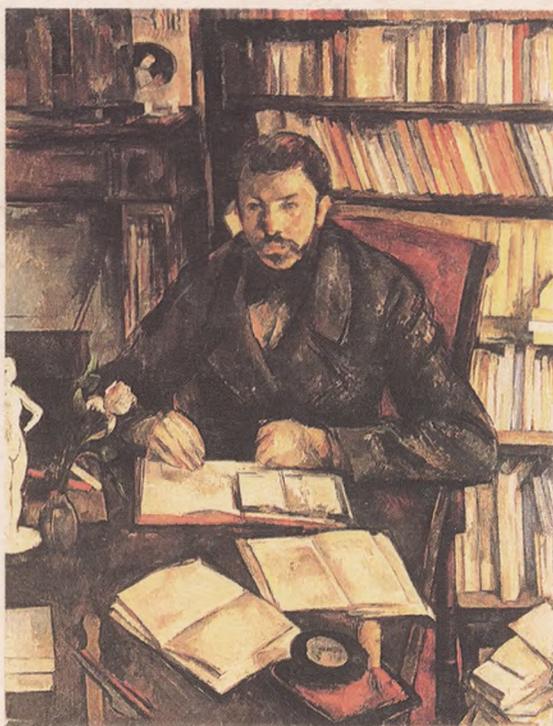


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E LITERATURA

VOLUME 21, 2000

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO

Em "Utopia e Modernidade"⁽¹⁾ as "representações sociais" são apenas mencionadas. O que interessava então era a análise da utopia de maneira que as representações eram apenas uma referência geral e não problematizada. No caso atual, porém as circunstâncias são diferentes, pois se está em face de um problema bem mais amplo e de certa forma crucial para o entendimento da própria história.

Começemos então por descrever as relações entre "história e representação" a partir das noções de "diferença" e "identidade". Como diferença, "representação" é um conceito-chave do discurso histórico; como identidade, "representação" é o conceito que define a natureza mesma desse discurso, ou seja: no primeiro caso, "representação" indica uma característica do discurso histórico - sua dimensão, ou função, cognitiva - constituindo assim um conceito teórico-metodológico, isto é, epistemológico. No segundo caso, "representação" aponta para o caráter textual e a dimensão lingüística do discurso histórico, constituindo-se então num conceito ou questão narrativista e/ou hermenêutica.

Tais oposições conceituais, apesar do esquematismo de nossa descrição, evidenciam que os debates acerca da "representação" envolvem, na verdade, as condições de possibilidade do discurso

* Pontifícia Universidade Católica - Rio.

(1) Francisco J.C. Falcon, "Utopia e Modernidade", in. J.M. Monteiro e I. Blaj, (Orgs.), *História & Utopias*, S.P., Anpuh, 1996, pp. 121-145.

histórico enquanto discurso de uma prática disciplinar específica comprometida com a produção de um certo tipo de conhecimento ao qual denominamos habitualmente de "historia" e/ou "historiografia".

Antes de analisar mais detidamente essas acepções de "representação" associadas ao discurso histórico, julgo oportunas algumas constatações mais ou menos empíricas acerca dos usos atuais do termo "representação". Quando se lê, em certos textos de história e ciências sociais, o termo "representação" (ou o seu plural), ele parece situar-se no centro de uma constelação de noções/ou conceitos muitos variados como "imaginário"(s), "ideologia(s)", "mito(s)" e "mitologias", "utopia(s), e "memórias(s)". Geralmente descritos em termos de "representações sociais", tais conceitos ora se apresentam como outros tantos nomes aplicados às "representações sociais", ora como se constituíssem diferentes partes de um todo (as representações). No caso da(s) ideologia(s) essas imprecisões se tornam ainda mais complicadas dadas as múltiplas significações de "ideologia", de acordo com o campo teórico que se tenha em vista.

Como se não bastassem estas imprecisões ou indefinições, há, ainda, as "formas simbólicas" acopladas às "representações sociais". As representações sociais, ou imaginários coletivos, são freqüentemente expressas ou mesmo "materializadas" através de signos: sinais, emblemas, alegorias e símbolos. Como relacionar "formas simbólicas", "função simbólica", "ação simbólica", com "representações"? Situando-se, por exemplo, de um lado, as "representações simbólicas" e, do outro, as "não-simbólicas"?

Talvez já se possa perceber que uma análise exaustiva da "representação" está totalmente fora de nossas cogitações. Pretendemos situar a questão "história e representação" na encruzilhada de dois percursos historiográficos - o moderno e o pós-moderno. Em termos metafóricos, temos diante de nós as duas faces de Janos: uma olha na direção da "representação" como categoria inerente* ao "conhecimento histórico"; a outra olha para o lado oposto e vê a "representação" como negação da possibilidade mesma desse "conhecimento". Pode-se facilmente deduzir que o primeiro olhar focaliza o ambiente intelectual da "modernidade", ao passo que o segundo enfoca o horizonte da "pós-modernidade".

A visada do primeiro olhar abrange toda a tradição intelectual e/ou cultural elaborada a partir do Iluminismo e centrada na Razão. Para o historiador, o que aí realmente importa é a dupla significação

de "história": como realidade e como conhecimento dessa realidade. No primeiro sentido, História é o singular coletivo que existe enquanto processo real, racional e teleológico. Uma "realidade" concebida em termos idealistas ou materialistas, mas sempre intrinsecamente "real" (objetiva) e distinta da consciência do sujeito. No seu segundo sentido, história é um discurso produzido acerca da História. As várias escolas ou tradições historiográficas, como o positivismo e o historicismo (ou historismo) no século XIX, ou as "novas histórias" surgidas no século XX, apesar de todas as diferenças que as separam, partilham de uma espécie de "realismo histórico" (2) essencial, isto é, trabalham com uma idéia de "representação" de caráter epistemológico.

Acrescente-se que a expansão recente de uma História Cultural popularizou entre os historiadores o termo "representações" (3) muito embora, como já indicamos, esta promoção da noção de "representação" a uma posição-chave na historiografia não se tenha feito acompanhar de uma reflexão mais profunda sobre suas muitas significações(4).

A visada do outro olhar de Janos estende-se através de um território ainda pouco conhecido. Sua designação mais comum - "pós-modernidade", é um tanto ambígua já que alguns de seus adeptos a consideram inadequada. Seja como for, a idéia de "pós-moderno" transita amplamente na cultura contemporânea apesar das muitas variações interpretativas a respeito da própria expressão e das origens e características da "pós-modernidade". A referência ao caráter "pós" é a mais freqüente: pós-estruturalismo, pós-marxismo, pós-logocentrismo, pós-modernismo.

(2) J. Topolski, "A Non-postmodernist Analysis of Historical Narratives" in *Idem* (Ed.), *Historiography between Modernism and Postmodernism*, Amsterdam - Atlanta, Rodopi, 1994, pp. 9-85, cf. pp. 10-11.

(3) Francisco J. C. Falcon, "História das Idéias", in C. F. Cardoso e R. Vainfas (Orgs.), *Dominios da História*, R.J., Campus, 1997, pp. 91-94; R. Chartier, *A História Cultural*, Lisboa, DIFEL, 1990, p. 29; R. Darnton, *O Beijo de Lamourette*, S. Paulo, Cia. das Letras, 1990, p. 188 ss.

(4) R. Chartier, "A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas", in *Estudos Históricos*, R.J., 7, n.º 13, 1994, p. 108; *Idem*, *A História Cultural*, Lisboa, DIFEL, 1990, pp. 19-23 e 27. Observe-se, no entanto, que Chartier, apesar de consciente do problema, não o analisa a fundo. Algo diferente, portanto, de D. Papineau, *Reality and Representation*, London, Basil & Blackwell, 1987.

Do ponto de vista da história e da historiografia talvez se possa descrever a emergência do "pós-moderno" como resultado, principalmente, do chamado "linguistic turn" (giro lingüístico) a partir dos anos 60/70 do século atual. Teríamos aí o encontro de diversas correntes teóricas baseadas num pressuposto comum acerca da filosofia da linguagem, isto é, da linguagem como instância constituinte da "realidade": o longo debate anglo-saxônico, analisado por Ankersmit⁽⁵⁾, entre neopositivistas e hermeneutas analíticos, culminando, afinal, ou derivando, para o narrativismo, com Hayden White; as teses revolucionárias de Foucault sobre "as palavras e as coisas", as leituras narrativistas de Foucault por P. Veyne; os textos decisivos de M. de Certeau; as tentativas de uma história acoplada à lingüística, como em R. Robin; as muitas pesquisas e trabalhos desenvolvidos no campo da análise do discurso⁽⁶⁾.

Independentemente das oposições ou convergências entre essas tendências, importa-nos aqui sublinhar seus efeitos sobre a maneira de se conceber a natureza do discurso histórico⁽⁷⁾ e, em conseqüência a própria história. Em síntese, trata-se da "crise da representação", ou seja, da idéia moderna de representação, e sua substituição pela idéia de que, como "representação", o texto histórico é um "artefato" lingüístico elaborado segundo princípios literários que remetem às estruturas da "narrativa" sendo sua referencialidade unicamente de ordem intra e intertextual.

Projetando-se os dois "olhares" acima descritos sobre o panorama geral da produção historiográfica contemporânea, percebe-se claramente uma espécie de "ironia". Com efeito, em virtude das infinitas ironias, com que se tece o tecido da História, as

(5) Frank R. Ankersmit, "The Origins of Postmodernist Historiography", in J. Topolski, *ob. cit.*, 1994, pp. 87-117; *Idem*, "The Dilema of Contemporary Anglo Saxon Philosophy of History", *History & Theory*, Beiheft, 25, 1986, pp 1-27.

(6) Pietro Rossi, "Indroduzione", in *Idem* (Org.), *La Teoria della storiografia oggi*, Milano, A. Mondadori, Il Saggiatore, 1988; William H. Dray, "Alcune riflessioni sul narrativismo e sui suoi problemi", in P. Rossi, *ob. cit.*, 1988, pp. 197-204; Rösen, "Narrativa e modernità nella storia", in P. Rossi, *ob. cit.*, 1988, pp. 197-204; Deter Winch, "La rappresentazione del mondo da parte dello storico", in P. Rossi, *ob. cit.*, 1988, pp. 247-264.

(7) Jorge Lozano, *El Discurso histórico*, Madrid, Alianza, 1987, pp 113-210; Bartolomé E. Bonet, *Teoría del Discurso Historiográfico*, Univ. de Oviedo, s/d.

"representações" entraram no cotidiano da história cultural mais ou menos na mesma época da "crise da representação", mas poucos historiadores perceberam até que ponto as referências às "representações sociais" poderiam significar coisas completamente opostas no nível do próprio discurso histórico. É certo que em alguns casos, como veremos, houve a preocupação de afirmar a "realidade" das representações, porém, tal afirmação, endereçada aos partidários das explicações reducionistas das representações, não implica necessariamente que se esteja a assumir a perspectiva pós-moderna da "representação".

No desenvolvimento deste trabalho procuraremos analisar as duas principais vertentes interpretativas que estão presentes na historiografia toda vez que se enfoca o conceito de "representação" - a moderna e a pós-moderna. Cabe acrescentar que a primeira é epistemológica, ao passo que a segunda recusa toda epistemologia e se define como lingüística e literária, ou, então, hermenêutica.

Ao fim e ao cabo, nosso objetivo é uma tentativa de encontrar algumas respostas possíveis à indagação que, de forma um tanto ingénuo, se poderia formular assim: afinal de contas, a representação representa ou não representa?

I. REPRESENTAÇÃO E HISTÓRIA NA MODERNIDADE

Trata-se, como já anunciamos, do problema da "representação" em termos conceituais e epistemológicos - o termo e seus conceitos e a natureza da representação.

1. O termo

Etimologicamente, "representação" provém da forma latina "repraesentare" - fazer presente ou apresentar de novo. *Fazer presente* alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma idéia, por intermédio da presença de um objeto. Outros sentidos, mais específicos, eram: apresentar-se perante um tribunal, colocar um objeto no lugar de outro, encenar um acontecimento "re-apresentando-o" no presente. Ao longo da Idade Média tais significações foram adquirindo aos poucos novas conotações, ora teológicas e místicas, ora políticas. Tal seria, por exemplo o sentido da afirmação de que o Papa e os cardeais "representam" Cristo e os Apóstolos. Na esfera secular, a comuna,

enquanto "universitas", constitui uma pessoa que pode ser "representada" pelo seu procurador; o príncipe "representa" o corpo místico da República (Estado) e neste sentido é imortal.

Na passagem da Idade Média aos "tempos modernos" emergem algumas variações dos sentidos associados à idéia de "representação", na França, Inglaterra, Alemanha e outros países. Deixando de lado os pormenores de tais variações, podemos destacar um lento processo de cristalização em torno de, pelo menos, duas acepções principais: a "representação" entendida como objetivação, figurada ou simbólica, de algo ausente - um ser animado ou inanimado, material ou abstrato - e a "representação" definida como "estar presente em lugar de outra pessoa", substituindo-a, podendo ou não "agir em seu nome" na qualidade de seu "representante". Deve-se ter presente o fato de que "representação", no segundo sentido, incorpora, como prática política, algo já reconhecido no âmbito jurídico: a possibilidade de uma ou mais pessoas representarem grupos ou setores sociais específicos perante autoridades, inclusive o próprio príncipe, ou, sobretudo, este⁽⁸⁾.

Nesse segundo sentido, político, o conceito de representação ocupa posição cada vez mais crucial no pensamento político moderno, mas sua história se afasta muito de nossos atuais objetivos. Todavia, no desenvolvimento de nosso trabalho será sempre conveniente ter presente esse outro desenvolvimento, paralelo, do termo "representação".

2. O conceito

No primeiro dos dois sentidos acima mencionados, "representar" pressupõe uma atividade ou "faculdade" da consciência cognitiva em relação ao "mundo exterior": re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é dado diretamente aos sentidos. No primeiro caso, "representação" é um conceito-chave da teoria do conhecimento (epistemologia) tal como esta se desenvolveu na filosofia ocidental, desde a Grécia à Modernidade, tendo como seu centro o Logos ou consciência racional. Qualquer que seja a vertente

(8) Hanna F. Pitkin, *The Concept of Representation*, Berkeley, Univ. of California Press, 1972.

considerada - racionalista (Descartes), empirista (Locke), transcendental (Kant) - "representar", neste caso, remete a uma atividade do sujeito do conhecimento e sua capacidade de "conhecer", isto é, apreender um "real" verdadeiro para além das aparências de um "real" produzido pelo senso comum. Já no segundo caso, "representação" é um conceito-chave da teoria do simbólico, uma vez que o objeto ausente é re-apresentado à consciência por intermédio de uma "imagem" ou símbolo, isto é, algo pertencente à categoria do signo.

Os signos são em princípio arbitrários, como no caso do sinal, da palavra, da sigla e do algoritmo. Entretanto, quando remetem a abstrações, os signos se tomam alegóricos já que remetem a uma realidade significada dificilmente apresentável, cabendo-lhes então "figurar" uma parte dessa realidade como "alegorias" e "emblemas" (9). Os símbolos, a imaginação simbólica, entram em cena quando o significado não é mais absolutamente apresentável e, como signo, o símbolo só pode referir-se a um "sentido" (10), tendo valor por si próprio; logo, "a imagem simbólica é a 'transfiguração' de uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato"... "uma representação que faz 'aparecer' um sentido secreto" (n). O Símbolo, do grego "symbolon", implica sempre a reunião de duas metades - o significante, carregado do máximo de concretude, e o significado, apenas concebível, mas não representável e que "se dispersa em todo o universo concreto" (12).

Essas duas acepções de "representar" correspondem na verdade a percursos intelectuais distintos no contexto da cultura ocidental, na medida em que esta tendeu quase sempre, a privilegiar a primeira em detrimento da segunda, do ponto de vista do critério de "racionalidade". Em consequência, a "fantasia", a "imaginação", a "ficção", foram postas sob suspeita e, no limite, remetidas ao campo do "irracional" (13).

O G. Durand, *A Imaginação Simbólica*. (Trad. Liliane Fitipaldi). S. Paulo, Cultrix/EDUSP, 1988, pp. 12-14.

(10) *Idem, ob. cit.*, pp. 14-15.

(11) *Idem, ob. cit.*, p. 15: "O símbolo é uma figura que vale não precisamente para si mesma, pois neste caso não seria símbolo de nada, mas por si mesma".

(12) *Idem, ob. cit.*, pp. 16-17; *apud* R. Alleau, *De la nature du symbole*, Paris, Flammarion, 1958, p. 21; E. Cassirer, *Esencia y efecto del concepto de símbolo*, México, F.C.E., 1975, p. 187 ss.

(13) Luiz Costa Lima, *O Controle do Imaginário*, S. Paulo, Brasiliense, 1984, cf. pp. 11-51.

Nos dicionários de filosofia, "representação" se define em geral como referência aos "diversos tipos de apreensão (intencional) de um objeto"⁽¹⁴⁾. Um termo ambíguo no qual convergem elementos psicológicos e epistemológicos muito variados. Psicologicamente, o que interessa na "representação" são aspectos que dizem respeito à sua "qualidade" e características sensoriais e formais⁽¹⁵⁾. Em termos epistemológicos, importam as diferenças entre as concepções racionalistas e empiristas, além, é claro, das disputas entre idealismo e materialismo e dialética!⁽¹⁶⁾. Percebe-se então que nesse nível de discussão o conceito de "representação" tende a confundir-se como de "idéia"⁽¹⁷⁾, sendo justamente esta "concepção representacional das idéias", derivada de "nosso aprisionamento intelectual às metáforas oculares gregas"⁽¹⁸⁾, um dos principais alvos das críticas filosóficas, semiótico-lingüísticas e literárias elaboradas no século atual⁽¹⁹⁾ e, que culminam nas teses "desconstrucionistas"⁽²⁰⁾ pós-modernas que levam à "crise da representação".

Todavia, tal "crise" não é compreensível caso não se tenha em mente que muito do que se tem escrito a respeito da "representação" deriva de mudanças que se operaram no campo da epistemologia e da prática científicas desde começos do século XX. Quer se trate de disciplinas científicas específicas, como geometria, matemática, física,

(14) Mora José Ferrater, *Diccionario de Filosofia*, Madrid, Alianza, 1983, pp. 672-674.

(15) *Idem*, *ob. cit.*, pp. 672-673.

(16) *Idem*, *ob. cit.*, pp. 673-674 ; A. Schaff, *História e Verdade*, Lisboa, Estampa, 1974; Alain Bayer, *L'Explication en Histoire*, Lille, Presses Universitaires, 1992.

(17) Francisco J. C. Falcon, "História das Idéias", in C. F. S. Cardoso e R. Vainfas, (Orgs.), *ob. cit.*, 1977, pp. 91-126.

(18) R. Rorty, *A filosofia e o espelho da natureza*, Lisboa, D. Quixote, 1988 (1979), pp. 40-42.

(19) Ch. S. Peirce, *Semiótica*, S. Paulo, Perspectiva, 1977; L. Wittgenstein, *De la Certitude*, Paris, Gallimard, 1966; *Idem*, *Investigações Filosóficas*, Petrópolis, Vozes, 1994; Stephen Bann, *As Invenções da História*, S. Paulo, UNESP, 1994; P. Karsten & J. Modell, (Eds.), *Theory, Method, and Practice in Social and Cultural History*, New York, Univ. Press.; Hayden White, *Trópicos do Discurso*, S. Paulo, EDUSP, 1994 (1978).

(20) David Carrol (Ed.), *The States of "Theory". History, Art, and Critical Discourse*, Stanford, University Press, 1994; Horace L. Fairlamb, *Critical Conditions, Post-mordernity and the question of foundations*, Cambridge, University Press, 1994.

físico-química, biologia, quer de filosofia da ciência, ou, ainda de historia das ciências, o fato que realmente nos importa é a mudança radical operada em relação às concepções "clássicas" acerca de sujeito e objeto, realidade, objetividade e verdade⁽²¹⁾. A ciência deixou de ser o fruto de um feliz encontro entre o "real" e o seu reflexo ou "representação" e passou a ser uma construção do sujeito-pesquisador. Se quisermos considerá-la uma "representação da realidade" é bom termos presente que "o mundo não é aquilo que a ciência verifica mas, sim a imagem, em perpétua mutação que a ciência nos oferece no momento de sua verificação pelo "pesquisador"⁽²²⁾.

Em suma, a "representação" tornou-se hipótese ou modelo heurístico, um artifício racional a ser testado, verificado, corrigido, ou abandonado, no curso da investigação. Trata-se, a rigor, de uma abstração construída pelo pesquisador; sua correspondência com o "real", se é que de fato existe, só se toma possível através de inúmeras mediações, aí incluídas as dos instrumentos de pesquisa.

A "crise da representação" (sua concepção clássica e racional) encontra-se estreitamente ligada à da idéia de "real" ou "realidade" como referente extra-discursivo. Assim sendo, é na verdade o "realismo" como pressuposto filosófico que está em questão nas críticas à "representação". O realismo afirma a existência de um certo "real" (como "existente" que independe do sujeito) e aposta na sua cognoscibilidade em bases racionais, tais como as propostas por Bachelard nos termos de um "novo racionalismo", ou seja, o conhecimento verdadeiro é possível.

Os adversários do "realismo", mais ou menos relativistas ou mesmo céticos, ora negam a existência da realidade, ora a admitem mas postulam que, tal como a "coisa em si" da filosofia kantiana, tal realidade é incognoscível. A "realidade" segundo aqueles que negam

⁽²¹⁾ J. Piaget, "Nature et méthodes de l'epistémologie", in *Idem* (Dir.), *Logique et Connaissance Scientifique*, Paris, Gallimard, 1967. O autor distingue diversas epistemologias: metacientíficas (Dos gregos a Kant); paracientíficas (Bergson); fenomenológicas (Husserl), científicas-positivistas (Comte), neo positivismo/ positivismo lógico; filosofia das ciências (Cournot, L. Brunschvig, G. Bachelard, A. Koyré, Meyerson; Cassirer); epistemologia interior às ciências (D. Hilbert, P. Duhem, L. Brouwer, H. Poincaré, K. Godei; G. G. Granger).

⁽²²⁾ F. Guéry, "L'epistémologie", in André Noiray (Dir.), *La philosophie*, Paris, C.E.P.L., 1986, pp. 120-149, cf. p. 126.

sua existência, não passa de um "puzzle" de imagens caleidoscópicas desconexas, todas elas reais e irrealis, simultaneamente, e em relação às quais a "verdade" é uma simples convenção ou efeito pragmático. Noutra perspectiva, baseada nos "jogos de linguagem", de Wittgenstein, é a própria linguagem que constitui e constrói os mundos reais a partir da comunicação intersubjetiva entre os diferentes grupos de usuários. Em que pese algumas especificidades, pode-se situar neste mesmo grupo as propostas da hermenêutica e da teoria simbólica.

Optamos por deixar de lado a questão do "racionalismo versus irracionalismo" e a da "subjetividade", pois é apenas o problema da "representação" que nos interessa. O que mais importa neste caso é perceber como a crise de uma certa idéia de "representação", a partir de críticas empenhadas em demonstrar a impossibilidade ou o sem sentido de toda "representação", acabaram por promover e consolidar outra idéia de "representação" associada, neste caso, ao imaginário, ao simbólico, à fantasia, sem compromissos com aquela "pobre e antiga idéia de real".

3. *Representação e Ideologia*

Não pense porém o leitor que concluímos esta caminhada. Como poderá já ter notado, silenciámos até aqui nosso discurso quanto às "ideologias" e, se assim procedemos, foi a fim de não complicar ainda mais nossa exposição. Com efeito, quase todos os autores interessados no problema das "ideologias" consideram-nas como "representações". Acontece, entretanto, que o termo "ideologia" denota sempre uma certa idéia de desvio ou deformação com relação a um suposto "real"; logo, dizer-se que "ideologias são representações" tanto pode significar que estas, as representações, são "ideológicas" (sic), isto é, visões deformadas do real, como pode ser um recurso de sentido inverso, ou seja, para livrar o termo "ideologia" daquela denotação negativa. Uma das soluções já tentadas consiste na distinção entre "ideologia no sentido amplo" e "ideologia no sentido restrito", identificando-se o primeiro com o das "representações sociais" ao passo que o segundo se situaria ao lado dos mitos e utopias, supondo-se ou não estas como "não-ideológicas". Existem outras interpretações, é claro, pois, do nosso ponto de vista as relações entre representações, imaginário e ideologias não se subordinam a qualquer perspectiva unificadora e sistemática.

Decidimos, então, pela apresentação de tais questões em termos

de alguns autores mais significativos (para nós), critério discutível mas que consideramos, por ora, o mais exequível.

II. DA "REPRESENTAÇÃO" ÀS "REPRESENTAÇÕES SOCIAIS"

1. *A historiografia contemporânea e as "representações"*

Os historiadores do cultural têm dedicado uma atenção crescente às "representações sociais" como objeto de investigação mas raramente se detêm na questão da "representação". Simultaneamente, pode-se observar que esse lugar de destaque atribuído às "representações sociais" vem acompanhado de algumas imprecisões conceituais e terminológicas, ao mesmo tempo em que este destaque denota uma estratégia discursiva implícita.

As imprecisões terminológicas manifestam-se nas relações pouco claras que muitos textos estabelecem, ou permitem pressupor, entre as "representações sociais" e os "imaginários sociais" e, a seguir, entre estes e os mitos, ideologias, e utopias. O problema se complica mais ainda quando entram em consideração os respectivos conceitos, ora remetidos às representações em geral, ora aos imaginários. No caso da historiografia, porém, há dois novos complicadores a considerar: as noções de "mentalidades coletivas" e "memória social". Nesta mistura babélica de termos e conceitos parece quase impossível estabelecer significações precisas pois estas dependem de como cada autor se utiliza desta ou daquela noção. Como veremos adiante, essa "confusão metodológica" não é meramente casual ou impensada mas, sim, uma das marcas do "pós-moderno".

A estratégia discursiva corresponde ao objetivo de eliminar do campo historiográfico os "problemas filosóficos" normalmente implícitos no conceito de "representação", como ficou visto. A este primeiro objetivo pode se acrescentar um segundo, o de excluir do horizonte historiador quaisquer referências à consciência individual, fonte de possíveis desvios "psicologistas", ou "humanistas". Esta espécie de horror à subjetividade individual não é novo pois já a encontramos quer na tradição marxista, quer na positivista, derivada de A. Comte. Nesta última, aliás, os historiadores puderam apropriar-se da tradição sociológica e antropológica que deriva de E. Durkheim, M. Mauss, ou, mais recentemente, Levi- Strauss. "Consciência coletiva", "consciência social", "mentalidades coletivas" são expressões que

balizam esta preocupação historiadora de evitar as armadilhas das interpretações "psicológicas" e o "psicologismo".

Cabe neste passo sublinhar dois ângulos interessantes deste problema, um metodológico e o outro historiográfico.

Metodologicamente, como observa Topolski⁽²³⁾, são relativamente raros os historiadores conscientes das diferenças entre o holismo e o individualismo e sobretudo, do que implicam para a produção do conhecimento histórico. Dito em outros termos: palavras como "social" e "coletivo" tanto podem remeter à idéia de uma soma de indivíduos, quando se tem a convicção de que a realidade última e verdadeira é o indivíduo, como à idéia de uma totalidade que ultrapassa ou supera, como realidade, o somatório dos indivíduos que a integram. Tal oposição metodológica perpassa praticamente toda a teoria social embora a apropriação desta última pelas "novas histórias" nem sempre a perceba com clareza.

O ângulo historiográfico remete-nos a dois momentos distintos da historiografia do século atual: o momento inicial da "Escola dos Anais" e o mais recente.

Quando se pensa nas relações entre a história e a psicologia, encaradas com tantas desconfianças na fase braudeliana e "estrutural" dos *Anais*, não deixa de ser no mínimo curioso observar como seus "pais fundadores" foram bem menos preconceituosos. M. Bloch, em *Os Reis Taumaturgos*⁽²⁴⁾ construiu um painel, dos mais brilhantes e sugestivos, de todo um conjunto de "representações coletivas", ou de "representações e práticas sociais", como se diz atualmente, onde a psicologia social constitui um dos elementos essenciais. L. Febvre, tanto em *Um destino- Martinho Lutero*, como em vários outros trabalhos sobre o século XVI⁽²⁵⁾, deteve-se longamente na análise das questões psicológicas do ponto de vista das respectivas inserções sociais. G. Lefebvre, em *O Grande Medo de 1789*⁽²⁶⁾, procurou, inclusive, quantificar e mapear comportamentos psicológicos coletivos. R.

(23) J. Topolski, *ob. cit.*, 1994, p. 63 ss.

(24) M. Bloch, *Os Reis Taumaturgos*, S. Paulo, Cia. das Letras, 1993 (1924), cf. Prefácio por J. Le Goff.

0) L. Febvre, *Un Destin, Martin Luther*, Paris, PUF, 1945 (1927); *Idem, Erasmo, La Contrarreforma y el espíritu moderno*, Barcelona, M. Roca, 1970 (1957).

(26) G. Lefebvre, *O Grande Medo de 1789*, R. J., Campus, 1979 (1932).

Mandrou, em sua *Introdução à França Modernai*²⁷⁾ acrescentou, como subtítulo - *Ensaio de psicologia histórica*.

Com a "guinada estruturalista" dos anos 60/70, acentuada pela repercussão dos textos de Foucault e a vaga da "história quantitativa", as "representações sociais", na esfera dos *Anais*, tenderam a ser analisadas como "mentalidades coletivas" e abordadas como um "terceiro nível" a ser devidamente quantificado[^].

Hoje, no entanto, ou melhor, desde os anos 80, o sujeito está de volta²⁹⁾. As abordagens de P. Gay³⁰⁾ sobre história e psicanálise, tais como as de Castoriadis³¹⁾, assumem uma importância atual. Ao declínio da noção de "mentalidades" ⁽³²⁾ corresponde um interesse crescente pelas "representações" e "imaginários" sociais, embora persistam as diferenças metodológicas antes mencionadas, como se poderá observar nos textos de Ginzburg³³⁾, Kantarowicz³⁴⁾,

(27) R. Mandrou, *Introduction à la France Moderne. Essai de Psychologie historique*, Paris, A. Michel, 1961.

(28) M. Vovelle, *Ideologies et Mentalités*, Paris, Maspero, 1982, pp. 21-36; *Idem*, *Mourir Autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVII et XVIII siècles*, Paris, Gallimard /Julliard, 1974.

(29) Philippe Boutry, "Certezas e Descaminhos da Razão Histórica", in J. Boutier e D. Julia, *Passados Recompostos*, R.J., UFRJ/FGV, 1998, pp. 65-78 C. Barros, "La Historia que viene", in *Idem* (Ed.), *Historia a Debate I. Santiago de Compostela*, 1995, pp. 102-104.

(30) Peter Gay, *Freud para historiadores*, S. Paulo, Cia das Letras, 1989; *Idem*, *O Cívico do Ódio*, S. Paulo, Cia das Letras, 1995.

(31) Segundo Castoriadis, a instituição social-histórica de alguma coisa e de sua percepção pelo indivíduo é homóloga à instituição social-histórica do indivíduo. Em oposição às concepções metafísicas, afirma Castoriadis que a "representação é a apresentação perpétua, o fluxo incessante no e pelo qual o que quer que seja se dá"; logo, não se trata de decalque do espetáculo do mundo, já que não há como se estabelecer uma separação entre o "real" e o "imaginário" no fluxo representativo. A ocultação da representação e da imaginação - típica do "fetichismo da realidade" - constitui o fundamento das concepções que buscam assimilar o "real" ou "verdadeiro" ao ser ou essência das coisas, exterior ao sujeito, ficando para as representações as predicções de irrealidade ou falsidade. C. Castoriadis, *A Instituição...*, *ob. cit.*, pp. 366-367.

(32) G. Duby, *L'histoire continue*, Paris, Odile Jacob, 1994, pp. 115-120/1.

(33) Carlo Ginzburg, *Mythes, Emblèmes, Traces. Morphologie et Histoire*, Paris, Flammarion, 1989; *Idem*, *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.

(34) E. H. Kan taro wicz, *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, Madrid, Alianza, 1985 (1957).

Duby^P), Starobinsk^H³⁶), Le Roy Ladurie⁽³⁷⁾ e muitos outros.

Do exposto, é possível perceber-se então que existe uma história das "representações sociais" na história. Percebe-se, também que sua entrada na "oficina da história" obedeceu a circunstâncias várias, mais ou menos pontuais. Já existia, em inícios do século atual, uma tradição disciplinar ligada à História das Idéias e à História Intelectual⁸). Quanto aos *Anais*, aos quais já nos referimos, cabe lembrar que sua "terceira geração" voltou-se para a História cultural e suas variações.

Sendo assim, é evidente que a importância das "representações sociais" constitui um fato indiscutível no conjunto da produção historiográfica atual. Tal fato no entanto não significa que os problemas antes apontados tenham sido detectados e resolvidos. Aliás, temos razões para crer que alguns deles são insolúveis. Entretanto, como o objetivo deste trabalho consiste em mapear e analisar questões relacionadas com a idéia de "representação" hoje presente na historiografia, vamos, a partir de agora, apresentar alguns exemplos de textos voltados para as relações entre representações e imaginários sociais, imaginários e ideologias, e representações e formas simbólicas. Trata-se, a bem da verdade, de uma esquematização com finalidades didáticas uma vez que, conforme já indicamos, as relações entre todas estas noções ou conceitos continuam a ser variáveis e/ou imprecisas.

2. Representações sociais e imaginários sociais

O estudo dos "imaginários sociais" está na ordem-do-dia na oficina da história. Definidos como "representações sociais" ou, bem mais raramente, como "ideologias", eles simplesmente "existem". Cabe ao historiador identificá-los e analisá-los, interpretando-os em termos de significações, estruturas, manifestações simbólicas e funções, indu-

(³⁵) G. Duby, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Estampa, 1982 (1978); *Idem*, *Guilherme, o Marechal. O melhor cavaleiro do mundo*, Lisboa, Gradiva, 1986.

(³⁶) Jean Starobinski, *Montaigne em movimento*, S. Paulo, Cia das Letras, 1953; *Idem*, *Jean-Jacques Rousseau. A transparência e o obstáculo*, S. Paulo, Cia das Letras, 1995.

(³⁷) E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*, Paris, Gallimard, 1975.

P^s) Francisco J. C. Falcon, "Historia das Idéias", 1997, in *ob. dt.*, pp. 93-94.

sive as práticas sociais que fazem parte desses imaginários. No entanto, definir os "imaginários sociais" como "representações sociais", ou coletivas, não chega a ser propriamente uma definição. Temos aí bem mais uma incerteza, pois, raramente o texto nos informa sobre o sentido que o autor empresta às "representações".

E vem a ser precisamente essa imprecisão que conduz na prática a dois tipos de abordagens dos "imaginários sociais": as abordagens "pré-textuais", reducionistas, e as de cunho propriamente textual, (ou intertextual) simbólico. As primeiras, fiéis à concepção clássica e racionalista de "representação", tomam os imaginários como criações que ocultam, manipulam ou expressam aspectos de uma realidade social que é também sua fonte originária. Os imaginários seriam assim uma espécie de "signos" - alegóricos ou simbólicos - de alguma coisa deles distinta e que os explica. Nesta perspectiva, os imaginários sociais em pouco ou nada se distinguem das "ideologias" em geral.

No caso das abordagens textuais, os imaginários sociais constituem "representações" cujos sentidos devem ser apreendidos nos textos dos próprios imaginários. Neste caso, explicá-los e compreendê-los já não é mais uma operação destinada a reduzi-los às suas determinações "não-imaginárias" mas, pelo contrário, tentar perceber como tais imaginários "constituem" a própria realidade, inclusive a social. Segundo Mauss, "os imaginários são outros tantos marcos específicos no vasto sistema simbólico que produz toda coletividade e através do qual ela se percebe, divide e elabora suas finalidades" (39). O imaginário social é assim uma força reguladora da vida coletiva que, ao definir lugares e hierarquias, direitos e deveres, constitui um elemento decisivo de controle dessa mesma vida coletiva, aí incluído o exercício do poder⁽¹⁰⁾. Enfim, se os "imaginários sociais" não devem ser lidos como simples expressões "imaginárias" (sic) de forças e interesses que lhes são "externos", é evidente que eles são também um dos lugares dos conflitos sociais e, por consequência, também alvos de tais conflitos⁽⁴¹⁾.

(39) B. Baczko, *Les Imaginaires Sociaux*, Paris, Payot, 1984, cf. pp. 26-27, Max, Durkheim e Weber; p. 32, Mauss; p. 33, Bourdieu.

(40) Norbert Elias, *La Société de Cour*, Paris, Flammarion, 1985; *Idem, A Sociedade dos Indivíduos*, R.J., Zahar, 1994; *Idem, Teoria Simbólica*, Oeiras, Celta, 1994.

(41) P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, DIFEL, 1989.

Em busca de uma "antropologia" dos imaginários sociais - C. Castoriadis e G. Durand

2.1 - C. Castoriadis

A partir da leitura de alguns dos textos mais conhecidos deste autor⁽⁴²⁾, filósofo e psicanalista, acerca do imaginário, percebe-se que seu ponto-de-partida é a polaridade irreduzível entre psique e sociedade. A psique se torna indivíduo em decorrência de um processo de socialização (atividade social) que acessa um mundo de significações imaginárias sociais já existentes e instituídas social e historicamente. O social-histórico é um "nível de ser", coletivo anônimo, cujo "modo de ser" se apresenta como imaginário radical, "criador e instituidor de significações"⁽⁴³⁾.

Quanto à psique, segundo o mesmo autor, ela é "a capacidade de fazer surgir uma primeira representação, uma colocação em imagem, ou seja, a psique é a "imaginação radical" que faz surgir já uma "primeira representação". Conclui-se então que não há a menor possibilidade de se "compreender a problemática da representação fora da própria representação"⁽⁴⁴⁾.

Castoriadis situa-se portanto nitidamente naquele segundo grupo de abordagens descrito por nós. Isto se torna mais evidente quando ele passa à análise do imaginário. Segundo o mesmo autor, cabe distinguir-se a imaginação do imaginário. A "imaginação" é capacidade de "criar" uma nova forma; o "imaginário" compreende todos os produtos criados pela imaginação e "socialmente instituídos". A sociedade, "instituição imaginária" é também "socialmente instituída". O ser humano pressupõe em si o conhecer e agir, os quais são elementos "indissolivelmente psíquicos e social-históricos" ⁽⁴⁵⁾.

O homem é um ser que busca o sentido e ao mesmo tempo cria este sentido, o qual nada mais é do que a "significação imaginária social".

(42) C. Castoriadis, *A Instituição Imaginária da Sociedade*, R.J., Paz e Terra, 1982 (1975); *Idem*, *A Criação Histórica*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992; *Idem*, *As Encruzilhadas do Labirinto/3. O Mundo Fragmentado*, R.J., Paz e Terra, 1992; *Idem*, *As Encruzilhadas do Labirinto/1*, R.J., Paz e Terra, 1987 (1978).

(43) C. Castoriadis, *As Encruzilhadas do Labirinto/3*, *ob. cit.*, pp. 57-59.

(44) *Idem*, *A Instituição...*, *ob. cit.*, pp 324-326.

(45) *Idem*, *A Criação...*, *ob. cit.*, p. 92.

Castoriadis propõe-se assim a articular o individual (psique) e o coletivo (social-histórico), rejeitando porém qualquer tipo de individualismo metodológico e assumindo a defesa de sua própria concepção holística do social. Recusando toda a tradição filosófica, desde Kant e Hegel, Castoriadis denuncia as contradições existentes, segundo ele, no racionalismo iluminista e universalista⁽⁴⁶⁾).

Trata-se, como procuramos evidenciar, de uma perspectiva pessoal e original. Sua importância, para nós, reside na idéia segundo a qual "representação" e "imaginação" pressupõem-se reciprocamente, donde se deduz que a "realidade" é representação/ imaginação e não uma espécie de "outro" que constituiria o referente das representações/imaginários sociais.

Essas idéias de Castoriadis encontraram ampla audiência entre alguns segmentos historiográficos na medida que sugerem abordagens centradas na análise dos imaginários em si mesmos mas sem se perder de vista sua natureza histórico-social.

2.2. G. Durand

Abordaremos, agora, uma visão antropológica essencialista cuja tônica é a busca das determinações últimas do imaginário, ou suas "estruturas antropológicas" ⁽⁴⁷⁾. Afirma Durand que por detrás dos filões explicativos de toda antropologia - e das psicanálises e estruturalismos - "existem constantes formativas eternamente recorrentes" cujas "diferenças" derivam das circunstâncias temporais, históricas e culturais⁽⁴⁸⁾. Existiria, portanto, uma "natureza do Sapiens" (sic) em dialogo permanente com as necessidades objetivas que o autor denomina de "entropias do tempo e da morte".

Em que pese, portanto, sua postura "humanista", Durand apresenta-nos algumas sugestões interessantes acerca do imaginário. Há que se trabalhar, segundo o autor, com a noção de "thema" ou "themata" - um clima de imaginação próprio de tal ou qual momento -, espécie de "esquema imaginário (verbal) que banha imensas zonas

⁽⁴⁶⁾ *Idem, ob. cit.*, p. 72.

⁽⁴⁷⁾ G. Durand, *Les Structures Anthropologiques de L'Imaginaire*, 10e. édition, Paris, Dunod, 1984.

⁽⁴⁸⁾ *Idem, ob. cit.*, p. VI.

do saber e da sensibilidade no tempo e no espaço" (49). Grandes espaços-tempos determinam o imaginário - seus "regimes" e "estruturas figurativas" - agrupando as imagens em "constelações" ou "enxames", quer dizer, "bacias semânticas" que constituem na verdade um "campo morfogenético". Segundo Durand, tais conceitos permitiriam escrever-se uma verdadeira "arquetipologia geral", ou "mundus" do imaginário "compreendendo todo pensamento possível, inclusive o da objetividade e dos movimentos da razão".

Projeto ambicioso e gigantesco como se vê. Para que se possa entendê-lo é preciso situá-lo, como faz o autor, no âmbito de uma filosofia das ciências "pós-bachelardiana". Durand propõe aí uma visão sistêmica "mas sem o espírito de sistema", de tipo estrutural. Seu objetivo é a busca de uma "estrutura profunda, arquetípica, constituída pelas forças dinâmicas do imaginário". Com esse "estruturalismo materialista ou figurativo" o autor deseja apresentar um "repertório cômodo (mas) estático (não-genético) das grandes constelações imaginárias (e, ao mesmo tempo) não mistificar, escamoteando-o, o caráter mítico da história" (grifo nosso⁵⁰).

Em síntese, diferentemente de Castoriadis, que situa na dialética da psique e do social-histórico a radicalidade do imaginário, Durand concebe o imaginário como sendo um conjunto de imagens (e suas relações) que "constitui o capital pensado do homo sapiens", ou seja, o "grande denominador fundamental onde se alinham todos os procedimentos do pensamento humano". Todavia, em ambos os autores o imaginário constitui uma norma ou princípio fundamental.

3. Representações, imaginários e história

No decorrer desta exposição procuramos sublinhar a complexidade do conceito de "representação" e, a seguir, demonstrar que a referência a "representações sociais" não resolve automaticamente o problema da "representação". Mostramos também que a substituição das "representações sociais" pelos "imaginários sociais", longe de ser uma solução, constitui na verdade um novo complicador, quer pela associação que se faz geralmente entre eles e

(49) *Idem, ob. cit.*, p. VIII.

(50) *Idem, ob. cit.*, p. XVI.

as "representações sociais", quer pelas novas indagações que a própria noção de "imaginários sociais" costuma suscitar.

Chegamos então neste passo do trabalho ao momento em que devemos abordar a história da historiografia das representações e dos imaginários. Baseamo-nos para tal em dois textos de caráter geral: Baczko⁽⁵¹⁾ e Patlagean⁽⁵²⁾.

Inicialmente, duas observações: não existe, ao que tudo indica, uma historiografia das representações sociais; para construir essa historiografia-ausente seria preciso produzir um texto que fosse capaz de reunir e articular as diferentes histórias dedicadas aos "imaginários sociais", ideologias, mitos, utopias, memória e mentalidades; os textos de que dispomos, referentes às histórias (setoriais) desses temas, partem em geral de afirmações que os classificam/definem(?) como "representações".

Nos dois textos antes referidos, de Baczko e Patlagean, pode-se observar que o primeiro intitula-se *Imaginação Social, Imaginários Sociais*, enquanto o segundo tem como título *História do Imaginário*. Todavia, as diferenças mais interessantes se manifestam em outros pontos verdadeiramente cruciais: 1^o - O conceito de "representações" (sociais). Os dois textos afirmam que os "imaginários sociais"/ "imaginário" são "representações". No entanto, as maneiras de descrever a natureza das representações são exatamente opostas. Baczko preocupa-se com afirmar a "realidade" dos imaginários, contra as concepções cientistas, redutoras, que os encaram como ilusões ou distorções, reflexos refratados do real. Patlagean descreve o domínio do imaginário como "constituído pelo conjunto das representações que ultrapassam o limite estabelecido pelos dados da experiência e dos encadeamentos dedutivos que eles autorizam"⁽⁵³⁾; 2^o - Ambos trabalham com uma noção bastante ampla, abrangente, de imaginário(s), já que neles se deveriam incluir os mitos, ideologias e utopias, bem como as suas expressões emblemáticas e simbólicas. No entanto, Baczko enfatiza sempre a multidisciplinaridade e entende que os "imaginários" indicam a existência de uma problemática e não um

⁽⁵¹⁾ B. Baczko, *ob. cit.*, "Imagination Sociale, Imaginaires Sociaux", pp. 11-63.

⁽⁵²⁾ E. Patlagean, "L'Histoire de l'Imaginaire", in J. Le Goff, R. Chartier, et J. Revel, (Dir.), *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz - C.E.P.L., 1978, pp., 249-269.

⁽⁵³⁾ *Idem, ob. cit.*, p. 249.

campo bem definido de estudos, isto é, ele os vê como "lugar de encontro dos elementos dispersos, ou até isolados, através da história das idéias e das instituições, das mentalidades, das artes e da literatura, e da história dos movimentos políticos, sociais e religiosos"⁵⁴). Patlagean aterm-se quase unicamente à história e na sua narrativa, erudita e precisa, a história do "imaginário" não é senão um outro nome para a "história das mentalidades", uma história antiga mas renovada e expandida pelos historiadores dos *Annales*. 3^o - Baczko preocupa-se extensamente com as várias tradições teóricas situadas nas origens das reflexões sobre o imaginário, especialmente Marx, Durkheim e Weber⁵⁵), isto é, a sociologia e a antropologia. A visão de Patlagean é bem outra. E como se a história do imaginário acompanhasse, cronologicamente, a História; dos mitos, na Antigüidade, às diferenças entre cultura erudita e cultura popular, na Idade Média e inícios da Moderna, e daí aos estudos sobre feitiçaria, religiosidade, loucura, atitudes diante da morte, etc. Entram então em cena todos os grandes textos (franceses) de "história das mentalidades!". 4^e - Por último, é um tanto curioso observar-se que, ao abordarem as orientações e preocupações mais recentes acerca do "imaginário", Baczko sublinha as relações entre imaginário e poder, na linha de Bourdieu, bem como com a comunicação social - linguagens e práticas. Para Patlagean, as novidades referem-se à inclusão de novos objetos no âmbito das pesquisas sobre o imaginário: contos e lendas, romances históricos, artes plásticas, cinema e, "talvez, uma história psicanalítica", voltada, por exemplo, para uma história dos sonhos⁶).

A comparação destes dois textos comprova muito do que havíamos exposto inicialmente. Demonstra também que historiadores trabalham em geral com uma noção algo difusa a respeito de "imaginários sociais". Entendidos como "representações", na realidade apenas um nome, os "imaginários" confundem-se com as mentalidades e, tal como estas, são recortados, descritos e "compreendidos". As possíveis implicações teórico-metodológicas são implicitamente descartadas. Enfim, não se observa, salvo indiretamente, no texto de Baczko, uma consciência do aspecto hoje mais interessante da problemática das representações: o fato de que, conforme seja a perspectiva assumida pelo

⁵⁴) B. Baczko, *ob. cit.*, p. 31.

⁵⁵) *Idem*, *ob. cit.*, pp. 22-26.

⁵⁶) E. Patlagean, *ob. cit.*, pp. 268-269.

historiador, o conceito de "representação" significará coisas totalmente opostas e mutuamente excludentes. Talvez não seja ocioso repetir que a questão da "representação" não constitui apenas um debate erudito ou bizantino, pois, é sempre a história disciplina como representação que está no centro da discussão uma vez que de acordo com o que entendamos por "representação" assim será também o nosso entendimento da história, ou de discurso histórico.

III. REPRESENTAÇÃO E HISTÓRIA: DA HISTORIOGRAFIA MODERNA À PÓS-MODERNA

O fio condutor desta exposição leva-nos precisamente ao argumento central de nossa análise: a hipótese de que o conceito de "representação" constitui, hoje em dia, uma espécie de divisor de águas entre duas historiografias - a moderna e a pós-moderna, pois, cada uma delas possui uma visão distinta do discurso histórico e, a partir daí, da noção de "realidade histórica".

1. *A historiografia moderna/modernista*

Velha conhecida dos historiadores e, para muitos, a única a gozar de direitos de cidadania no "território do historiador", a começar pelo ingresso na "oficina da história".

Esta historiografia compreende, desde o século XIX, um conjunto de métodos e técnicas, relativos à investigação e crítica das fontes documentais, entendidos como procedimentos prévios e imprescindíveis à elaboração do discurso histórico enquanto portador de conhecimento sobre uma "realidade" definida genericamente como "passado". A condição de possibilidade deste conhecimento está fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da produção do discurso histórico. Tais pressupostos apresentam-se em termos de relações entre sujeito e objeto do conhecimento materializadas no próprio discurso ou texto de história. Essas relações têm sido descritas e analisadas de variadas formas - positivista, historicista/historista, marxista/dialética, entre outras⁽⁵⁷⁾.

⁽⁵⁷⁾ Tais denominações, de uma maneira geral, são empregadas sem preocupações conceituais mais consistentes, com uma certa tendência às oposições em termos dualistas como, por exemplo, positivismo "versus"

Do nosso ponto de vista, mais decisivo é o fato de que apesar de tais diferenças, todas essas formas de teorização da produção do conhecimento histórico partem de um mesmo pressuposto sobre a História: realidade, racionalidade, sentido.

Logo, existem dois níveis ou instâncias bem distintas: História, ou realidade histórica, e história, ou conhecimento histórico. História é a matéria ou referente do discurso que o historiador produz como história, ou conhecimento histórico. Daí a conhecida frase de Vilar: "A história fala da História", isto é, a história-disciplina fala da História-matéria⁽⁵⁸⁾.

A constituição da história como disciplina, no século XIX, baseou-se, precisamente, na formulação dos princípios e métodos da "crítica histórica", isto é, de procedimentos capazes de estabelecerem a autenticidade das "fontes históricas" enquanto vestígios ou restos do passado, testemunhos de uma realidade não mais existente mas nem por isto menos "real" e passível de um conhecimento "verdadeiro", de caráter inferencial. Da predominância do "ter visto", ou "ter ouvido", a escrita da história passou, aos poucos às formas de conhecimento indireto⁽⁵⁹⁾, através de textos e outros vestígios. Seja como for, ao longo de seu caminhar através dos séculos, a história afirmou, como princípio, a intenção de dizer algo verdadeiro acerca dos "acontecimentos passados". Ainda hoje, quando se tem consciência dos limites impostos ao historiador, a ponto de não se atribuir mais qualquer sentido à idéia de um passado integral e coerente, único, mesmo assim não se põe em dúvida a "realidade" histórica do passado. Com efeito, sabem muito bem os historiadores que sua "história" é e será sempre triplamente vulnerável: pelas insuficiências e distorções

historicismo, onde "positivismo" tanto pode significar "empirismo", "documentalismo", ou uma referência à "escola metódica". Quanto a "historicismo", tentamos já, em artigo recente, sistematizar as questões conceituais e historiográficas associadas a esse termo. Cf. Francisco J. C. Falcon, "Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatural", *Tempo*, vol. 2, n°4, 1997, pp. 5-26.

⁽⁵⁸⁾ Pierre Vilar, *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*, Barcelona, Crítica, 1980, pp. 17-47.

⁽⁵⁹⁾ J. Lozano, *El discurso histórico*, Madrid, Alianza, 1987; U. Eco e Thomas Sebeok, *O signo de Três*, S. Paulo, Perspectiva, 1991 (1993). Cf. C. Ginzburg, "Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes", pp. 89-130.

inerentes às próprias "fontes", inclusive os fatores que determinaram a sua produção, preservação e sobrevivência no presente; pelos pressupostos e condicionamentos inerentes à "operação historiográfica" que determinam a relação/produção dos "fatos" e sua interpretação; pela própria subjetividade do historiador, a começar pela sua inserção no seu próprio presente.

A historiografia moderna, ou "tradicional", ao mesmo tempo que afirma a "realidade" do passado, empenha-se sempre na demarcação, no seu próprio discurso, através dos chamados "protocolos de verdade", das distâncias, epistemológicas, que o separam da literatura ficcional, ou seja, a "história" da "estória".

Para exemplificar, vejamos três autores:

Topolski, ao situar oposições e diferenças entre modernismo e pós-modernismo na historiografia, propõe, como fundamentos da narrativa histórica moderna, nada menos que o "realismo histórico" e a "teoria da verdade como correspondência" (60).

Chartier, observa que "[...] o historiador tem como tarefa oferecer um conhecimento apropriado, controlado, sobre a "população de mortos-personagens, mentalidades, preços", que são o seu objeto. Abandonar essa intenção de verdade, talvez desmesurada, mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações [...] que, por traírem o conhecimento, ferem a memória"(61). Ou, ainda: "o conhecimento histórico está instalado na ordem do verdadeiro - e (sua) ambição é a de enunciar aquilo que foi, daí ser necessário recusar-se a redução da história a uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória"(62).

Elton refere-se a ataques e pressões contra a disciplina histórica, sobretudo a "filosofia", um "perigo externo" composto de várias teorias (hermenêutica, linguística, literatura) as quais "ou negam a existência de um passado histórico, ou negam simplesmente que esse passado possa ser reconstruído ou revisitado" C3). Logo, afirma

(60) J. Topolski, *ob. cit.*, 1994, pp. 58 e 74.

(61) R. Chartier, *ob. cit.*, 1994, pp. 111-112.

(62) *Idem, ibidem, ob. cit.*, p. 111.

(63) G. R. Elton, *Return to Essentials*, Cambridge, University Press, 1991, pp.

ele, é a própria possibilidade de ser historiador que essas teorias negam, ao "negarem que seja possível a esse historiador estudar o passado como alguma coisa que existiu ou aconteceu independentemente da sua vontade ou consciência"⁶⁴).

2. A historiografia pós-moderna/pós-modernista

Contrastando com a grande quantidade de textos sobre a "pós-modernidade" e a cultura "pós-moderna", hoje existentes, são ainda um tanto escassos os trabalhos sobre história e/ou historiografia pós-modernista. Dentre os mais conhecidos, citarei apenas dois livros de K. Jenkins: *Re-Thinking History* e *On What is History?*⁽⁶⁵⁾. No primeiro, o autor expõe seus argumentos contra as concepções dominantes acerca da natureza do discurso histórico e descreve como será o "fazer história" num "mundo pós-moderno". No segundo, cujo subtítulo é bastante significativo, *From Carr and Elton to Rorty and White* -, Jenkins rebate seus críticos e aduz novos argumentos em prol da história pós-moderna. De acordo com este autor, a historiografia é um "constructo inter-textual, linguístico"; o passado chega até nós como narrativas e são estas que constituem a "realidade", embora os historiadores busquem sempre afirmar a diferença entre o discurso histórico e o passado, na medida que tal discurso é uma forma de conhecimento desse passado. Mas, na verdade, a história é epistemologicamente frágil já que é sempre uma construção pessoal, manifestação da perspectiva do historiador enquanto "narrador". O passado que "conhecemos" é sempre algo contingente em relação às nossas concepções e ao nosso presente⁶⁶).

(64) *Idem, ob. cit.*, p. 21.

(65) K. Jenkins, *Re-Thinking History*, London/N. York, Routledge, 1992, pp. 59-77, "Doing history in the post-modern world"; *Idem*, "On What is History?", *From Carr and Elton to Rorty and White*, London/N. York, Routledge, 1995.

(66) K. Jenkins, 1992, *ob. cit.*, p. 26: "History is a shifting, problematic discourse, ostensibly about an aspect of the world, the past, that is produced by a group of present-minded workers... who go about their work in mutually recognisable ways that are epistemologically, methodologically, ideologically and practically positioned and whose products, once in circulation, are subject to a series of uses and abuses that are logically infinite but which in actuality generally correspond to a range of power bases that exist at any given moment

A perspectiva pós-moderna de Jenkins é uma tentativa de sistematização, para o caso da história, das idéias de Foucault, Rorty, Barthes e Hayden White. É natural portanto que seu alvo principal seja a "verdade" que os historiadores atribuem ao discurso histórico. Ora "a verdade é urna figura auto-referenciada de linguagem, incapaz de acessar o mundo fenomenal: palavra e mundo, palavra e objeto permanecem separados (tal como) "o passado fenomenal e a historia discursiva"(67). Logo, acrescentamos nós, não há como "representar" o passado em sentido epistemológico. Poderemos, se assim o desejarmos, considerar os discursos históricos como "representações" mas, neste caso, tais "representações" são as do historiador e, como interpretações que na verdade são, elas são infinitas e teoricamente se equivalem, embora, na prática, o poder e a ideologia tendem sempre a hierarquizá-las ou até suprimir algumas delas.

Dois artigos da autoria de Ankersmih⁶⁸) podem auxiliar-nos a entender um pouco mais essa historiografia pós-moderna já que sua perspectiva é bem mais ampla que a de Jenkins.

A tese central de Ankersmit é a dissolução da tríade típica da historiografia modernista: realidade histórica (passado), conhecimento histórico (discurso), e teoria (filosofia). A teoria entrou em crise com o descrédito das "filosofias especulativas da História" e, mais recentemente, com a rejeição da grande Teoria, ou "meta-narrativas".

Quanto à distinção entre "realidade" e "discurso", o mesmo autor empreende uma longa digressão pelo "histerismo" do século XIX, com o objetivo de demonstrar de que maneira a historiografia pós-modernista incorpora certos elementos do "histerismo" ao mesmo tempo que supera as aporias em que o mesmo havia naufragado com a sua "crise". A história pós-modernista incorpora sobretudo a noção de "diferença"⁽⁶⁹⁾, aquilo que os historistas consideravam como "único" e "incomparável" no processo histórico: as individualidades históricas. Ao mesmo tempo, há a superação do "histerismo" conforme a história pós-moderna encampa o "deslocamento" (shift) da *III

and which structure and distribute the meanings of histories along a dominant marginal spectrum".

(67) K. Jenkins, *ob. cit.*, 1992, pp. 29-30.

(68) *Vide*, acima, nota n°5

(69) *Idem*, *ob. cit.*, 1994, pp. 90-91.

"realidade histórica" para o "texto impresso".

A fim de que se possa entender a causa de tal "deslocamento", é preciso imaginar-se o historiador (historista) como um observador postado no alto de uma colina vendo dali correr o grande rio da História, ao longo do tempo, podendo então perceber/identificar cada uma das individualidades históricas - épocas, povos, nações, culturas, indivíduos. Trata-se aí, então, de realidades únicas, cada qual correspondendo a uma certa "idéia". Todavia, à medida que se multiplicam os observadores, multiplicam-se também as interpretações e cada vez se torna mais difícil estabelecer-se a interpretação correta ou verdadeira de uma "realidade única", por definição. Aos poucos, já não se consegue mais distinguir entre diferenças de realidade e diferenças de interpretação. Logo, vem a ser inevitável o esmaecimento/apagamento da diferença entre a "realidade" e a "interpretação", daí o "deslocamento".

A partir desse "deslocamento", é a epistemologia moderna, baseada na "representação", que se torna sem sentido, pois a "realidade histórica" "dissolveu-se", apagando-se assim a tradicional distinção/diferença entre ela e o texto (discurso). Em termos pós-modernos tal processo remete-nos à "problematização do referente" e à "desconstrução" da separação (moderna) entre a linguagem e o mundo, palavras e coisas, pois, no limite "nada existe fora do texto" - ou da linguagem⁽⁷⁰⁾.

Como conclusão, Ankersmit define a historiografia pós-moderna como "uma forma radicalizada de historicismo" na medida que abandona os "pressupostos transcendentalistas e objetivistas do historicismo a partir da historização dos pontos de vista dos observadores", quer dizer, do sujeito-historiador. Com a visão pós-moderna, portanto, o único ponto de vista possível é o da "inexistência de pontos de vista"⁽⁷¹⁾. Assim, eliminada a possibilidade do "observador externo", o melhor caminho a seguir, na opinião de Ankersmit, é o da hermenêutica gadameriana^(P).

Quais serão neste caso as características gerais dessa historiografia? Uma delas já sabemos, é a morte (não apenas o "fim") da

⁽⁷⁰⁾ *Idem, ibidem*, pp. 92-93.

⁽⁷¹⁾ *Idem, ibidem*, p. 101.

⁽⁷²⁾ *Idem, ibidem*, O autor refere-se longamente às concepções de Gadamer, enquanto superação dos impasses do "historismo".

História. Em segundo lugar, a superação das construções metafóricas, espaciais e visuais, inerentes à epistemologia moderna. Assim, essa historiografia: rejeita a metáfora das origens ou gênese e a substitui pelo modelo genealógico e pela "dispersão" (Foucault); trabalha com a fragmentação e as "imagens" contrapondo-as às metáforas de "totalidade" e "centros"; busca em cada texto precisamente os elementos que escapam à percepção consciente do autor.

A historiografia pós-moderna rompe com a nossa "velha" epistemologia e, a partir daí, ataca o "dogma" do contexto histórico⁽⁷⁴⁾, nega a metáfora relativa à unidade e coerência do "passado" e recusa-se a admitir qualquer hierarquização do "passado" em níveis variáveis de "relevância" ou "significação" - é a metáfora da "profundidade" que, agora, é substituída pelo que Jameson denomina de "depthlessness" (superficialidade) da historiografia pós-moderna⁽⁷⁵⁾.

Por último, o narrativismo. A análise deste tema extrapola nossas preocupações atuais. Do nosso ponto de vista a identificação entre discurso histórico e narrativa, típica da historiografia pós-moderna, é importante apenas na medida em que reforça a separação entre discurso e realidade, ou entre o artefato linguístico e o mundo. A "representação" neste caso, se é que ainda há sentido no emprego deste termo, é apenas um texto, equivalente a muitos outros, cuja "realidade" é somente o resultado dos "efeitos de realidade" que esse texto possa criar, na dependência da sua leitura ou recepção pelo público leitor.

IV. CONCLUSÃO: HISTÓRIA, REALIDADE E VERDADE

Do contraste entre historiografia moderna e pós-moderna parece inevitável a conclusão quanto à crise da representação. A linguagem ao perder a transparência que lhe era atribuída pelos

(73) *Idem, ibidem*. Ankersmitt reporta-se às críticas de La Capra ao conceito de "contextualização".

(74) *Idem, ibidem*. Cf. as observações de G. Himmelfarb a esta idéia de "coerência e unidade" imputada pelos pós-modernos à "história tradicional": "On Looking into the Abyss", N.Y., Vintage Books, 1994, pp. 131-161.

(75) F. Jameson, *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*, S. Paulo, Ática, 1996.

historiadores, tornou-se um meio opaco, auto-referenciado, incapaz de representar uma "realidade histórica" extra-discursiva. Ao deslocar-se do seu referente, situado na esfera do "real", o discurso histórico passou a ser a própria "realidade", tornando sem sentido as questões epistemológicas relativas à objetividade e à verdade do conhecimento histórico. Eliminada a "representação" enquanto referência à realidade histórica, todos os discursos históricos se tornam equivalentes entre si, isto é, "relativos".

Convém no entanto observar que essas conclusões um tanto radicais somente se aplicam àqueles teóricos que levam às últimas consequências as premissas linguísticas e literárias do narrativismo. Segundo estas, com efeito, mesmo que se possa admitir a existência de uma "realidade", à qual chamamos de "passado", independente da linguagem discursiva, o fato essencial é que só podemos a ela ter acesso através da mediação e em função dos limites da própria linguagem. Os "restos" ou "fontes" desse passado, escritos ou não, só significam algo para nós através da linguagem - a deles ou a nossa. Prisioneiro da linguagem o historiador produz interpretações mas, a rigor, seu discurso não pode mais se propor como "representação" de uma suposta "realidade histórica", salvo, convenhamos, se admitirmos que essa "realidade" é também um conjunto de práticas discursivas.

O que vem ocorrendo na prática, porém, é bem diferente desses corolários. Tanto os historiadores profissionais, como muitos "teóricos" de disciplinas afins, vêm empenhando-se em contraditar essas conclusões céticas e / ou relativistas podendo-se neste caso distinguir, pelo menos, duas linhas de argumentação: A dos historiadores, preocupados com a "representação", e a dos "teóricos", voltados para as implicações de um narrativismo linguístico fechado em si mesmo.

4.1 - Os historiadores tendem a admitir, cada vez mais, muitas das implicações do "linguistic turn" para a escrita da história, a começar por certas reflexões de M. de Certeau, entre muitos outros. Todavia, se a linguagem constitui um dado ou obstáculo inevitável, ela não é o começo e o fim de tudo. Convém não substituímos a tirania do Logos por uma nova tirania. Aos historiadores, em geral, a idéia de "representação" aparece como um ponto particularmente sensível, quer como condição de possibilidade da história enquanto conhecimento, quer como conceito-chave da construção e verificação da "verdade histórica". Do ponto de vista historiador, portanto, a definição do

discurso histórico em termos de um mero "artefato lingüístico" (ou retórico-literário) significa afirmar que não há discursos "verdadeiros" ou "falsos" já que para se poder distinguir entre eles é preciso admitir a possibilidade de acesso a uma "realidade" exterior ao próprio discurso.

Apenas para exemplificar, tomemos então a história do Holocausto, a chamada "Solução Final" nazista. Há ou não uma "realidade histórica" denominada Holocausto? Se a admitirmos, haverá a possibilidade do historiador distinguir entre as narrativas (histórias) verdadeiras e as falsas. Caso contrário, isto é, se nenhuma "representação do Holocausto" pode ser distinguida das demais como "falsa", é a "realidade" mesma do Holocausto que, ou se esfuma, ou se multiplica quase ao infinito, em tantas "representações" quantas sejam as narrativas possíveis.

Os debates acerca do Holocausto podem ser sintetizados aqui em função de duas questões - a das falsificações da história e a das relações entre narrativas que, em princípio, não negam a "realidade" do Holocausto, e esta mesma "realidade". Trata-se, como é fácil perceber, de questões que implicam, em ambos os casos, concepções acerca da "representação", embora a partir de preocupações um pouco diferentes. Seleccionamos, para exemplificar a primeira, alguns trabalhos de Vidal-Naquet⁽⁷⁶⁾, e, para a segunda, uma coletânea de ensaios organizada por Friedlander⁽⁷⁷⁾.

a) Em *Os Assassinos da Memória - O revisionismo na história* Vidal-Naquet reuniu artigos publicados, de 1980 a 1987, contra as "mentiras" de Paul Rassinier, Robert Faurisson e diversos outros autores empenhados, em graus diversos, ou de variadas formas, na demonstração de que o Holocausto é uma "invenção" essencialmente judaica e anti-germânica". Tal "invenção" não teria apoio em documentos "fidedignos" pois todos os relatos existentes, ou se baseiam em testemunhos "suspeitos", isto é, dos próprios judeus sobreviventes, ou decorrem de leituras errôneas, ou facciosas, de documentos oficiais alemães. Assim, afirmam os "revisionistas", as câmaras de gás nunca

⁽⁷⁶⁾ P. Vidal-Naquet, *Os Assassinos da Memória "Um Eichmann de papel" e outros ensaios sobre o revisionismo*, Campinas, Parirus, 1998.

⁽⁷⁷⁾ Saul Friedlander (Ed.), *Probing the Limits of Representation. Nazism and the "Final Solution"*, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1992.

existiram, Hitler jamais ordenou o "extermínio", a cifra de 6 milhões de mortos é uma balela pois, seriam, no máximo, 200 mil mortes, causadas por doenças "normais" em campos de concentração, ou por conflitos entre os próprios judeus. Bem, os pormenores são muitos, mas o que, importa, como sublinha Naquet, é a especificidade desse "revisonismo" conforme procura, ora negar a realidade do Holocausto ora minimizá-la e dissolvê-la na "História Universal". Naquet é um "realista" e acredita firmemente na existência de "um terreno em que o verdadeiro simplesmente opõe-se ao falso, independente de qualquer interpretação" (78), tanto assim que "se o discurso histórico não se ligasse por quantos intermediários quisermos (grifo nosso) ao que chamaremos, na ausência de um termo melhor, de 'real', continuaríamos no discurso *que deixaria de ser histórico*" (grifo nosso). Portanto, o "revisonismo nada mais é que um empreendimento de 'desrealização' do discurso e sua literatura é um pastiche, um pastiche da História" (79).

Para concluir, retomemos Chartier: "Por isso, o trabalho dos historiadores sobre a falsificação... é uma maneira paradoxal, irônica, de reafirmar a capacidade da história de estabelecer um conhecimento verdadeiro [...] um conhecimento controlável e verificável [...] e estar armada para resistir àquilo que Carlo Ginzburg designou como a 'máquina de guerra céptica' que recusa à história toda possibilidade de *dizer a realidade que foi* (grifo nosso) e de separar o verdadeiro do falso" (80).

b) Em *Investigando os Limites da Representação. O Nazismo e a Solução Final*, Friedlander; reuniu dezanove ensaios que abordam aspectos variados da "representação" do Holocausto, em termos historiográficos, artísticos, literários, psicológicos e políticos. Seleccionamos apenas alguns destes ensaios, justamente aqueles que discutem o problema das relações entre narrativa e realidade histórica.

Friedlander, na Introdução que redigiu para a coletânea⁽⁸¹⁾, deixa clara sua intenção de utilizar-se de "an event at the limits" para testar visões opostas da natureza da verdade histórica, ou seja: "O extermínio dos judeus [...] deve desafiar os teóricos do relativismo a

(78) P. Vidal-Naquet, *ob. cit.*, 1988, p. 35.

(79) *Idem*, *ob. cit.*, p. 178.

(80) R. Chartier, *ob. cit.*, 1994, p. 178.

(81) Saul Friedlander, *ob. cit.*, 1992, "Introdução".

encararem os corolários de posições que, de outra maneira, podem ser tratadas com facilidade em nível abstrato". Um acontecimento como o Holocausto, porém, porta em si mesmo uma tal "exigência de verdade" que não há como se evitar a conclusão da existência de limites à "representação" (narrativa).

Trata-se assim, segundo Friedlander, de tentar saber se existem limites à construção de narrativas de um acontecimento cuja opacidade parece ainda indiscutível. Convém frisar que não se trata aqui de eventuais "falsificações", no sentido denunciado por Vidal-Naquet, mas das implicações das teorias pós-modernas. Estas, ao rejeitarem a possibilidade de identificarmos uma "realidade estável ou verdadeira" fora ou imune à "polissemia e auto-referencialidade dos constructos lingüísticos", desafiam nossa necessidade (histórica, mas também ética e política) de "estabelecer a realidade e a verdade do Holocausto". Observe-se, aliás, que não deixa de ser um tanto irônico que pós-modernistas, como Lyotard, se utilizem precisamente do Holocausto para questionarem a possibilidade mesma da referencialidade extra-discursiva e assim justificarem a multiplicidade e validade das inúmeras narrativas a seu respeito.

Os ensaios por nós selecionados possuem uma espécie de núcleo comum constituído pela discussão da questão da "representação" na historiografia do Holocausto. Resulta daí, naturalmente, uma segunda característica comum - a centralidade que o narrativismo ocupa nas discussões e, em consequência, as referências quase obrigatórias a Hayden White. Sendo assim, começaremos pelo texto deste autor a fim de que possamos entender melhor os seus críticos.

Hayden White, no presente ensaio⁽⁸²⁾, retoma, como é natural, suas concepções já bastante conhecidas acerca da inseparabilidade entre "forma e conteúdo" na narrativa histórica. Todavia, e esta é a novidade, Hayden White parece-nos um tanto hesitante em face da questão da "realidade" do Holocausto. Aliás, esta é também a impressão de Martin Jay em seu ensaio⁽⁸³⁾, se bem que este autor

⁽⁸²⁾ Hayden White, 'Historical Emplotment and the Problem of Truth', in Friedlander, *ob. cit.*, 1992, pp. 37-53.

⁽⁸³⁾ Martin Jay, "Of Plots, Witnesses, and Judgements", in Friedlander, *ob. cit.*, 1992, pp. 97-107; cf. pp. 97-98.

lamente precisamente o fato de haver H. White cedido em demasia na questão do Holocausto, entrando assim em contradição com suas conhecidas teses, além de propor, agora, explicações contraditórias entre si.

Do nosso ponto-de-vista, Hayden White parece estar "pisando em ovos" com relação ao Holocausto, sobretudo quanto à "realidade dos fatos" e a suposta "equivalência das narrativas". Ao abordar os "fatos", ele enfatiza sua rejeição à distinção "positivista" entre fatos e interpretações. Logo a seguir, no entanto, reconhece que existe a possibilidade de se "estabelecer a realidade e mesmo a exatidão dos acontecimentos", embora se trate, nesta hipótese, de anais ou crônica. Para enfrentar o problema da equivalência entre todas as narrativas, White segue o mesmo caminho anterior: primeiro, reafirma que existe "uma relatividade inevitável em toda representação dos fenômenos históricos"; a seguir, busca contornar as conseqüências desse relativismo introduzindo dois conceitos aplicáveis ao caso do Holocausto: os conceitos de "intransitive writing"⁽⁸⁴⁾ e "middle voice"⁽⁸⁵⁾.

Apoiando-se numa leitura crítica de Berel Lang⁽⁸⁶⁾ e, a seguir, em Barthes e Derrida, H. White propõe, para o caso do Holocausto, a hipótese do "intransitive writing" que seria alguma coisa próxima ou mesmo equivalente a uma "representação literal dos acontecimentos" na qual o "enredo" seria inerente aos próprios fatos, constituindo assim uma representação de tipo distinto das "representações literárias e/ou figurativas"⁽⁸⁷⁾.

Reportando-se novamente a Barthes, White propõe o conceito de "middle voice" como essencial à percepção da "diferença" entre

(84) Hayden White, *ob. cit.*, pp. 47-48; o Autor apropria-se da sugestão de Beril Lang, "The Representation of Limits" - (incluindo no livro de Friedlander, pp. 300-317), acerca do conceito de "intransitive writing", proposto por R. Barthes.

(85) *Idem*, *ob. cit.*, pp. 48-49. Trata-se da outra noção de Barthes a qual, em conexão com a anterior, caracteriza as diferenças entre a escrita modernista e a do realismo clássico.

(86) Martin Jay, *ob. cit.*, p. 99 - Critica H. White pelo fato deste "reinstaurar o contraste insustentável entre a verdade de acontecimentos não-narrados e o sentido da sua reconstrução formal".

(87) Hayden White, *ob. cit.*, pp. 39-40.

"uma experiência distintivamente modernista do mundo e as noções de representação, conhecimento e significação dominantes na tradição cultural realista'^88). Martin Jay no seu ensaio, critica esta leitura de Barthes um tanto equivocada⁽⁸⁹⁾ mas é ela que permite a White justificar sua hipótese de que as diferenças nas representações (narrativas) do Holocausto talvez sejam consequência de "uma concepção de discurso dependente em excesso de um realismo inadequado à representação de acontecimentos como o do Holocausto" os quais, por serem em si mesmos "modernistas" O⁹⁰⁾, sinalizam para mudanças quer da história, quer do realismo⁽⁹¹⁾.

Os críticos de Hayden White, nos demais ensaios, não parecem ter levado muito a sério seus esforços teóricos "ad hoc", com exceção do já citado de Martin Jay o qual, no entanto, depois de lamentar as "concessões" feitas por White, parte para uma análise centrada em Habermas. Os outros estão interessados principalmente na "realidade" e na narrativa enquanto "representação" desta realidade. Browning, por exemplo, é taxativo: a descrição precisa do desenrolar dos acontecimentos já contém em si a sua interpretação, sua própria verdade - tal é o impacto da "evidência empírica" ⁽⁹²⁾; Funkenstein expõe os paradoxos do narrativismo de White através dos exemplos da "contra-história" e assim acredita provar o quanto é falsa a afirmação de que não existem critérios válidos para se distinguir entre narrativas falsas e verdadeiras. Afinal de contas, escreve, "o real existe e os fatos não são ficções arbitrárias da mente" ⁽⁹³⁾; Anderson, ao

⁽⁸⁸⁾ *Idem, ob. cit.*, p. 50.

⁽⁸⁹⁾ Martin Jay, *ob. cit.*, p. 100.

⁽⁹⁰⁾ Hayden White, *ob. cit.*, p. 50. Citando Anerbach White conclui que, do ponto de vista do autor de *Mimesis*, a versão modernista do projeto realista poderia ser vista como consistindo numa rejeição radical da "história", da "realidade como história" e da própria "consciência histórica".

⁽⁹¹⁾ *Idem, ob. cit.*, pp. 51-52. "O modernismo aparece menos como uma rejeição do projeto realista, uma negação da história, do que como uma antecipação de uma nova forma de realidade histórica (daí) uma percepção cada vez maior da incapacidade de nossos modos tradicionais de representação sequer descreverem adequadamente fenômenos como o Holocausto".

⁽⁹²⁾ Chistopher Browning, "German Memory, Judicial Interrogation and Historical Reconstruction", in Friedlander, *ob. cit.*, 1992, pp. 22-36; pp. 31-32.

⁽⁹³⁾ Amos Funkenstein, "History, Counter-history, and Narrative", in Friedlander, *ob. cit.*, 1992, pp. 66-81; cf. pp. 68-69, 77, cf. p. 79: "Realidade é uma

enfocar as categorias analíticas de White, utiliza-se dos limites que a representação histórica do Nazismo impõe ao historiador: "limites impostos pela evidência e limites que a natureza de tais evidências impõe aos possíveis enredos". No seu entender, a variedade de relatos apenas indica a presença de "tentativas discrimináveis de se alcançar a verdade", ora de forma mais ampla, ora mais restrita, ou "menos profunda". De qualquer maneira, porém, "as narrativas jamais poderão ser consideradas como plenipotenciárias do passado"⁹⁴).

Para concluir, vejamos duas perspectivas opostas: Ginzburg e La Capra.

O ensaio de Ginzburg é categórico, incisivo, na crítica ao relativismo e impiedoso ao analisar as dimensões éticas do próprio debate do ponto de vista das matrizes filosófico-políticas do idealismo pragmatista de White. Ao discutir a questão da "realidade", Ginzburg endossa os argumentos de Vidal Naquet e cita uma carta deste a Luce Giard na qual, reportando-se a outra carta, de Certeau, por ocasião do "affaire Faurisson", Naquet menciona o seguinte trecho da carta de Certeau: "Estava convencido de que havia um discurso sobre as câmaras de gaz; de que tudo deve passar necessariamente pelo discurso; mas além disso, ou antes disso, havia alguma coisa irreduzível que, por bem ou por mal, eu chamaria ainda de realidade. Sem esta realidade, como se poderia estabelecer a diferença entre ficção e história?"⁹⁵).

A questão ética Ginzburg vai localizá-la nos argumentos de White para suas críticas a refutação de Naquet às "mentiras de Faurisson". Contestando a alusão de Naquet ao "terreno da história

noção enganosa, talvez até paradoxal. Nenhuma tentativa historiográfica pode pressupor representar a realidade... Toda narrativa é sempre, à sua maneira, um exercício de World-making. Mas ele não é arbitrário. Se a narrativa é verdadeira, a realidade, qualquer que seja sua definição 'shines through'.

⁹⁴) Perry Anderson, "On Emplotment: Two Kinds of Ruin", in Friedlander, *ob. cit.*, 1992, pp. 54-65; cf. p. 65. "As narrativas, então, não são nunca plenipotenciárias do passado. O pragmatismo americano, uma filosofia liberal, foi desde o início mais influente que o ativismo italiano na difusão da noção daquilo que hoje em dia se denomina por vezes de "efeitos de verdade".

⁹⁵) Carlo Ginzburg, "Just One Witness", in Friedlander, *ob. cit.*, 1992, pp. 82-96; cf. p. 86, nota 20, Michel de Certeau, sob a direção de L. Giard (Paris, Centre Georges Pompidou, 1987), pp. 71-72.

positiva", White critica o uso de noções como "mentira", "erro", "equivoco", por implicarem conceitos de "realidade" e "prova" quando, segundo ele, "a verdade de uma interpretação histórica consiste precisamente na sua eficácia"⁽⁹⁶⁾. Ora, este critério da "eficácia" aproxima perigosamente as idéias de White da ideologia nazi-fascista e é contra sua ética discutível que Ginzburg argumenta a favor da significação da leitura das evidências disponíveis, mesmo que estas se reduzam a um único testemunho, pois, "não é a eficácia que constitui a verdade de uma narrativa"⁽⁹⁷⁾.

A perspectiva de La Capra aproxima-se, até certo ponto, da exposta por White, pois, segundo ele, as características do Holocausto estão a exigir novas categorias de análise histórica uma vez que as abordagens positivistas e as suas técnicas tornaram-se insuficientes a um ponto tal que se poderia até mesmo pôr em dúvida os próprios pressupostos da historiografia. Em face de "acontecimentos-limite", como o Holocausto, as técnicas convencionais são inadequadas, já que nestes casos a linguagem pode esfacelar-se e cabe ao historiador perceber o processo significante e expressivo desse esfacelamento.

La Capra propõe como solução o princípio da "centralidade da posição do historiador em qualquer abordagem do Holocausto". É portanto imprescindível conhecer e analisar os mecanismos psicológicos constitutivos das narrativas sobre tal acontecimento, a começar pelo da "transferência"⁽⁹⁸⁾. Em suma, de acordo com La Capra, "o problema enfrentado pelos historiadores é o de como se articular as relações entre a exigência de competência científica e as demandas [...] situadas no uso da linguagem, em função da difícil tentativa de se trabalhar, através de relações de transferência, um

(96) *Idem, ob. cit.*, p. 93.

(97) *Idem, ob. cit.*, pp. 94-95 - Ginzburg discorda da leitura favorável de Certeau feita por Vidal-Naquet, sublinhando como, num sentido oposto (cético) idéias semelhantes às de Certeau já tinham sido expostas por E.H.Carr (1961) e, muito antes, por Croce. Reportando-se a uma narrativa de Renato Serra (1912), Ginzburg busca demonstrar que as narrativas possuem sempre uma relação bastante problemática com a realidade "Mas a realidade ('as coisas em si mesmas') existe". Logo "uma atitude cética sem limites em face das narrativas históricas é destituída de fundamentos".

(98) D. La Capra, "Representing the Holocaust: Reflections on the Historian's Debate", in Friedlander, *ob. cit.*, 1992, pp. 108-127; cf. p. 123.

diálogo com o passado que tem implicações no presente e para o futuro⁹⁹).

4.2 - O universo textual correspondente à nossa designação de "teóricos" é quase inesgotável. Historiadores, linguistas, filósofos - analíticos e hermeneutas, especialistas em "cultural studies", fazem parte desse bloco. Vamos portanto circunscrever nossa abordagem a alguns poucos exemplos, a partir do critério de como é possível conciliar narrativa e realidade histórica, isto é, a "representação".

Para os nossos objetivos presentes, é provável que sejam suficientes dois textos - de Spiegel e de Dosse, sobretudo se sublinharmos suas intertextualidades respectivas.

a) Spiegel¹⁰⁰), após analisar as implicações da semiótica e do pós-modernismo para a escrita da história, recusa-se a admitir que as nossas representações do passado possam ser apenas "quadros realistas ilusórios, mentiras inteligíveis para mascarar a verdade ininteligível da experiência humana". Trata-se então de retomar a questão da *mediação* em busca de uma teoria do "middle ground" enquanto lugar dessa mediação, o único, segundo a autora, onde a história e o pós-modernismo podem esperar interagir produtivamente¹⁰¹). Em outros termos: se o núcleo da atual problemática consiste no reconhecimento da linguagem como mediadora universal e inevitável, é através do conceito de mediação que se pode buscar a saída para os dilemas atuais da historiografia.

Entre o conceito clássico de mediação e o moderno¹⁰²), assim

(") *Idem, ob. cit.*, p. 127: - "[...] na dimensão dialógica do estudo histórico busca-se não o sentido abstrato mas guias significativos do pensamento e da prática, e os buscamos não em um passado hipostasiado ou em algum código mestre teleológico mas em e através nossa própria negociação com o passado/

⁽¹⁰⁰⁾ Gabrielle M. Spiegel, "Towards a theory of the Middle Ground: Historical Writing in the Age of Postmodernism", in Carlos Barros (Ed.), *Historia a Debate, Tomo I, Pasado y Futuro*, Santiago de Compostela, 1995, pp. 169-176.

⁽¹⁰¹⁾ *Idem, ob. cit.*, p 172.

⁽¹⁰²⁾ *Idem, ob. cit.*, pp. 172-173. Trata-se da distinção entre o conceito clássico de mediação, corporificado num discurso que mediatiza um mundo social e a sua consciência literária ou discursiva, e o conceito moderno, no qual a mediação é o próprio objeto, superando aquele dualismo, já que é intrínseca à existência e operação da realidade que ela ativamente produz.

como entre a concepção performática da linguagem (constitutiva do mundo, auto-reflexiva) e a concepção intrumentalista ou constativa (a linguagem, ao mesmo tempo que descreve e explica, "inventa" a realidade), não será possível se estabelecer uma forma de compromisso?⁽¹⁰³⁾

Spiegel responde afirmativamente: a solução está na diferenciação entre formas de uso da linguagem e espécies de textos - os literários e os documentais. Estes últimos, baseados no uso instrumental de linguagem, não serão capazes de nos fornecer um conhecimento positivo da história, derivado inferencialmente de registros de todos os tipos, e assim mediar entre nós e o passado? Teríamos aí um meio de melhor compreender o caráter da "representação" assim como da "realidade". Logo, evitando-se a antinomia "transparência vs. opacidade," o que importa é reconhecer que a linguagem funciona em muitos registros e modos e, portanto, situando-nos num espaço intermediário, poderemos realizar uma análise mais diferenciada dos textos passados e seus contextos sociais.

Através dessa dualidade de perspectivas - em relação aos textos e seus contextos sociais, Spiegel visa a "lógica social do texto" - combinação da inserção social do texto com seu caráter discursivo de artefato literário. Afinal, a força e o sentido de um determinado conjunto de representações derivam em grande parte do seu contexto social e de suas relações com as redes sociais e políticas em que são elaboradas. A linguagem só adquire sentido e autoridade no interior de quadros sociais e históricos específicos, pois, se "as diferenças lingüísticas estruturam a sociedade, as diferenças sociais estruturam a linguagem"⁽¹⁰⁴⁾. Os textos refletem na sua materialidade a inseparabilidade das práticas materiais e discursivas e, assim, uma concepção semiótica da linguagem não nos obriga a acreditar no caráter intransitivo e auto-reflexivo de todos os atos e artefatos lingüísticos⁽¹⁰⁵⁾, ou seja, no "gnosticismo textual".

⁽¹⁰³⁾ *Idem, ob. cit.*, p. 174.

⁽¹⁰⁴⁾ *Idem, ob. cit.*, pp. 174-175.

⁽¹⁰⁵⁾ *Idem, ob. cit.*, pp. 175-176 - "Thus I would agree with Dominick La Capra's desire" to elaborate a critical and self-critical historiography that remains open to the risks Derrida explores but also insist upon certain constraints in the manner that engages the disciplinary conventions of professional historians". These "disciplinary conventions" comprise a respect for empirical-ana-

b) Dosse, Ricoeur, Koselleck, Carr

Os acontecimentos não são discerníveis senão a partir de seus traços, discursivos ou não. Sem que se pretenda reduzir o "real histórico" à sua dimensão lingüística, a fixação do acontecimento, sua cristalização, se efetiva a partir de sua nomeação. Entre linguagem e acontecimento há uma relação essencial, problematizada por diversas correntes, a começar pela hermenêutica e pela semântica histórica⁽¹⁰⁶⁾. A partir destas premissas, a constituição do acontecimento pode ser compreendida em função de duas perspectivas: como tributária de sua inserção numa "intriga" (enredo) e como tensão interna à consciência histórica. A primeira, desenvolvida por Ricoeur, constitui "a mediação que assegura a materialização do sentido da experiência humana do tempo" ⁽¹⁰⁷⁾, ao passo que a segunda remete às duas categorias meta-históricas utilizadas por Koselleck - o "espaço de experiência" e o "horizonte de expectativa"⁽¹⁰⁸⁾. Também Koselleck sublinha aí sua rejeição da fusão entre história e linguagem: "A história não coincide jamais com a maneira pela qual a linguagem a apreende e a experiência a formula" ⁽¹⁰⁹⁾.

Segundo Dosse, um outro elemento decisivo presente na historiografia mais recente é a história do tempo presente. A indivisibilidade entre passado e presente não levou somente à inclusão do passado mais próximo no campo da investigação histórica mas obrigou a repensar as ligações entre história e memória e mais ainda, a modificar a relação com o passado em decorrência da "ruptura com o tempo único e linear". O passado recente inclui então, segundo Ricoeur,

lytic techniques of research - e.e a belief in the referential, constative possibilities of language - along with a new and theoretically informed appreciation of the literary nature of all historical documents...".

⁽¹⁰⁶⁾ F. Dosse, *Le tournant interprétatif et pragmatique de l'historiographie française*, Recife, Anpuh, xerocopiado, 1995, pp. 7-8.

⁽¹⁰⁷⁾ *Idem*, *ob. cit.*, p. 8. Segundo Ricoeur, essa materialização se dá em três níveis: da sua prefiguração prática, de sua configuração epistêmica e de sua reconfiguração hermenêutica.

⁽¹⁰⁸⁾ R. Koselleck, *ob. cit.*, "Space of Experience" and "Horizon of Expectation: Two Historical Categories", 1985, pp. 267-268.

⁽¹⁰⁹⁾ *Idem*, *ob. cit.*, 1985, p. 201; 215; cf. "Terror and Dream: Methodological Remarks on the Experience of Time during the Third Reich", pp. 212-230.

um "tempo inacabado" e um "tempo fechado" ⁽¹¹⁰⁾. Inverte-se, em consequência a relação história-memória e a própria memória se converte em objeto histórico abrindo assim caminho ao estudo do caráter indeterminado dos possíveis abertos pelos atores de um passado que foi o seu presente^(m).

Por último, a hermenêutica, não tanto a de Gadamer mas sobretudo a de Ricoeur. Entre o tempo cósmico e o tempo íntimo, interior, Ricoeur situa o tempo narrado do historiador. O discurso histórico se situa assim em constante tensão entre identidade narrativa e ambição de verdade. Para este autor, trata-se de "refiguração" e não de "referência" pois é a própria noção de "realidade histórica" que se redefine a partir dos conectores próprios à narrativa⁽¹¹²⁾: o tempo calendário, a noção de geração e a de traço, sobretudo esta, como enfatiza Ginzburg⁽¹¹³⁾. A narração, portanto, não é algo sobreposto à história mas, sim, a mediação indispensável que torna possível a obra histórica pois " a narração é guardiã do tempo, na medida em que não existiria um tempo pensado que não fosse narrado" ⁽¹¹⁴⁾.

Todavia, se Ricoeur valoriza as teses narrativas anglo-saxônicas, inclusive os desenvolvimentos no campo da filosofia analítica⁽¹¹⁵⁾, particularmente a demonstração de que "narrar é já explicar" e a da "riqueza dos recursos explicativos internos à própria narrativa", ele não admite a indistinção entre história e ficção, pois,

^(no) P. Ricoeur, "Remarques d'un philosophe", in R. Frank *et alii*, *Écrire l'histoire du temps présent*, Paris, CNRS, 1993, pp. 35-42.

^(1U) F. Dosse, *ob. cit.*, pp. 17-18; cf. Ricoeur, 1993, *ob. cit.*, p. 39. - "A questão é saber se, para ser histórica, a história do tempo presente não pressupõe um movimento semelhante de queda na ausência (referência a M. de Certeau, *L'absent de l'histoire*) do fundo do qual o passado nos interpelaria com a força de um passado que foi outrora presente".

⁽¹¹²⁾ P. Ricoeur, *Temps et Récit, III - Le Temps Raconté*, Paris, Seuil, 1985, pp. 190 e 197.

⁽¹¹³⁾ C. Ginzburg, *Mythes, Emblèmes, Traces*, Paris, Flammarion, 1989, pp. 139-180.

⁽¹¹⁴⁾ P. Ricoeur, *Temps et Récit, I*, Paris, Seuil, 1983, pp. 289 e 297; *Idem*, *Temps et Récit, III*, *ob. cit.*, p. 435.

⁽¹¹⁵⁾ Ricoeur, *ob. cit.*, I, 1883, p. 209; cf. W. Dray, *Laws and Explanation in History*, Oxford, University Press, 1957; G. H. Von Wright, *Explanation and Understanding*, Londres, Routledge, 1971; A. Danto, *Analytical Philosophy of History*, Cambridge, Univ. Press, 1965.

"malgrado sua proximidade, subsiste um corte epistemológico que se funda no regime de veracidade próprio ao contrato do historiador em relação ao passado"⁽¹¹⁶⁾. Somente este contrato pode permitir ao historiador se opor a todas as formas de falsificação e manipulação do passado, embora não seja contraditório (tal contrato) em relação à exigência de que o historiador esteja atento à história como escrita, como prática discursiva. Opondo-se a Foucault e Veyne, Ricoeur propõe "uma análise da realidade histórica sob o signo da 'représentant' - realidade e ficção"⁽¹¹⁷⁾.

Ao concluirmos esta longa caminhada, durante a qual presenciamos o nascimento, maturidade e morte da representação, seguida da sua ressurreição sob novas formas, desejamos, por último, sugerir ao leitor, eventualmente interessado em conhecer mais sobre os temas aqui tratados, a leitura da coletânea organizada por Topolski na nota n^o2.

⁽¹¹⁶⁾ P. Ricoeur, *ob. cit.*, I, 1983, p. 251.

⁽¹¹⁷⁾ O. Mongin, *Paul Ricoeur*, Seuil, Paris, 1994, p. 132, *apud* Dosse, *ob. cit.*, p. 2, nota 92.